

HOSPITAL ESPERANÇA S.A.

CNPJ/MF 02.284.062/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Esperança S.A. ("Companhia" ou "Esperança") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com os procedimentos e práticas contábeis geralmente aceitos no Brasil, especialmente aqueles emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral e em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, em vigor. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são aplicáveis às demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2022. **PERFORMANCE OPERACIONAL:** A seguir são apresentados os resultados do Esperança, cuja principal atividade é a prestação de serviços hospitalares, oferecendo conceitos de assistência e hotelaria, criando centros de excelência médica e diagnóstica e gerando experiência e conhecimento médicos que proporcionam segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde. Atuando nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Bahia, Paraíba e Ceará, o Grupo opera com onze hospitais. Este relatório aborda os resultados do ano que se inicia em 1º de janeiro de 2022 e termina em 31 de dezembro de 2022.

Receita líquida: A receita líquida consolidada do Esperança em 2022 totalizou R\$ 4.489.650 mil, representando um crescimento de 17,7% comparado a receita de 2021 de R\$ 3.814.513 mil, os quais foram atribuídos ao aumento dos procedimentos eletivos, notadamente nas cirurgias eletivas, além do incremento do ticket médio.

As sociedades adquiridas no ano de 2022 contribuíram com um aumento na receita líquida de R\$ 309.585 mil, ou 45,9% da variação de 2021 para 2022.

Custos dos serviços prestados: Os custos dos serviços prestados são compostos pelas contas de pessoal, materiais e medicamentos, serviços de terceiros, utilidades e serviços, alugueis, depreciação e amortização. Os custos com serviços prestados totalizaram R\$ 3.477.206 mil em 31 de dezembro de 2022, representando 77,4% da receita líquida e um aumento de 19,1% em comparação com os custos em 31 de dezembro de 2021.

Composição	31.12.2022		31.12.2021		Variações	
	% Receita Líquida	R\$	% Receita Líquida	R\$	%	R\$
Pessoal	30,7%	1.380.222	30,9%	1.180.421	16,9%	199.801
Materiais e medicamentos	22,8%	1.025.033	24,8%	946.986	8,2%	78.047
Serviços de terceiros	18,9%	847.080	15,8%	601.662	40,8%	245.418
Depreciação e amortização	4,8%	217.241	4,8%	182.559	19,0%	34.682
Alugueis	0,2%	7.630	0,2%	7.744	-1,5%	- 114
Custo dos Serviços Prestados	77,4%	3.477.206	76,5%	2.919.372	19,1%	557.834

*Valores apresentado em milhares de reais.

O aumento de R\$ 557.834 mil no período, ocorreu principalmente em razão (i) aumento da receita; (ii) do aumento do número de colaboradores, devido a entrada de novas unidades e inaugurações de hospitais; e (iii) utilização de um maior volume de serviços de radiologia e laboratoriais, repasses médicos e serviços gerais (como segurança e limpeza). As novas aquisições do exercício contribuíram com um aumento nos custos dos serviços prestados, desde sua data de aquisição até 31 de dezembro de 2022, de R\$ 267.495 mil ou 7,69% do custo total em 2022.

Despesas administrativas: As despesas administrativas são compostas pelos gastos com serviços compartilhados, utilidades e serviços e provisão para contingências. Essas despesas aumentaram 6,3% em relação a 2021 devido principalmente à (i) aumento das despesas com serviços de terceiros, como informática e telefonia, consultoria e outros e (ii) aumento da despesa com serviços compartilhados devido a entrada de novas unidades.

Ativo	Nota	Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.094	4.651	122.686	26.642
Títulos e valores mobiliários	4	610.752	337.476	809.087	509.563
Contas a Receber	5	820.800	612.158	1.690.320	1.447.180
Estoques	6	61.454	51.065	157.738	122.782
Impostos a recuperar		21.752	30.045	78.829	73.390
Instrumentos financeiros derivativos		48.010	50.375	48.010	50.375
Partes relacionadas	7	14.972	-	12.098	-
Outros		72.914	52.006	106.567	53.529
Total do ativo circulante		1.699.748	1.137.776	3.025.335	2.283.461
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos		40.915	56.274	40.915	56.274
Partes relacionadas	7	174.199	2.531	15.666	4.905
Depósitos judiciais	15	46.410	12.148	50.773	44.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	125.102	139.467
Investimentos	8	2.848.206	3.140.059	26.012	12.691
Imobilizado	9	480.534	366.527	1.419.921	1.080.296
Intangível	10	1.375.869	448.215	3.368.142	2.900.953
Direito de uso	11	386.957	161.129	606.702	544.286
Outros		75.129	73.726	93.659	90.251
Total do ativo não circulante		5.428.219	4.260.609	5.746.892	4.873.826
Total do ativo		7.127.967	5.398.385	8.772.227	7.157.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Descrição	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)										
	Reserva de capital			Reserva de lucros			Adiantamentos para futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva de ações	Reserva para investimentos	Reserva legal	Lucros acumulados	Reserva para investimentos					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	898.172	14.444	(20.149)	353.019	15.063	-	116.074	(21.027)	1.355.596	130.804	1.486.400
Aquisições de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.931	7.931
Aumento de capital	463.384	-	(376.406)	-	-	-	(463.384)	-	-	-	-
Transações de capital em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(376.406)	-	189.116	(187.290)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	224.179	-	-	224.179	-	38.683	262.862
Destinação para reserva legal	-	-	-	-	(11.209)	-	-	(11.209)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(56.046)	-	-	(56.046)	-	(7.148)	(63.194)
Dividendos reinvestidos	-	-	-	84.279	-	-	-	84.279	-	-	84.279
Destinação para reserva para investimentos	-	-	-	156.924	-	-	-	156.924	-	-	156.924
Hedge fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	81.868	81.868	81.868
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	14.444	(396.555)	594.222	26.272	-	1.446.513	1.099.203	60.841	2.759.983	3.119.369
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.361.556	2.235.755	(396.555)	594.222	26.272	-	1.446.513	1.099.203	60.841	3.119.369	4.483.695
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	(2.235.755)	-	-	-	-
Aquisição de controle de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	934	934
Transações de capital em controladas	-	-	-	19.271	-	-	-	-	-	13.428	32.699
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	248.642	-	-	248.642	-	25.409	274.051
Destinação de reserva legal	-	-	-	-	(12.433)	-	-	(12.433)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(59.052)	-	-	(59.052)	-	(18.320)	(77.372)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	177.157	-	-	-	177.157	-	-	177.157
Hedge de fluxo de caixa (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.140)	(10.140)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	1.144.154	1.144.154	-	-	1.144.154
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.597.311	14.444	(377.284)	771.379	38.705	-	7.602	50.701	4.102.858	380.837	4.483.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Esperança é subsidiária integral da Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"). O Hospital Esperança S.A. ("Esperança" ou "Companhia" e conjuntamente com as subsidiárias "Grupo Esperança" ou "Grupo"), tem por objetivo a prestação de serviços hospitalares, oferecendo conceitos de assistência e hospitalar, criando centros de excelência médica e diagnóstica e gerando experiência e conhecimento médicos que proporcionam segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde. Atuando nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Bahia e Ceará, a Companhia opera com nove hospitais, sendo que a primeira unidade hospitalar, Hospital Esperança, foi inaugurada em agosto de 2000, a segunda unidade, Hospital São Marcos é um antigo hospital que iniciou suas atividades em 1940 e ambas estão localizadas em Recife. A terceira unidade é o Hospital Barra D'Or, localizado no Rio de Janeiro; cujas atividades foram assumidas pelo Esperança em maio de 2014. A partir de 2018, por meio da entrada de novos sócios, captações de recursos no mercado, geração de caixa própria e sinergias com a Controladora Rede D'Or, a Companhia iniciou um processo de expansão por meio de aquisições e construção de novas unidades, conforme demonstrado abaixo:

Hospital	Localização	Exercício da aquisição
Hospital UDI (Incorporada em 2019)	São Luís, MA	2018
Hospital São Rafael	Salvador, BA	2018
Hospital São Lucas	Aracaju, SE	2019
Hospital Aliança (Incorporada em 2022)	Salvador, BA	2020
Hospital São Carlos	Fortaleza, CE	2020
Cárdio Pulmonar	Salvador, BA	2020
Hospital Santa Emília	Feira de Santana, BA	2021
Hospital Nossa Senhora das Neves	João Pessoa, PB	2021
Hospital Memorial Arthur Ramos	Maceió, AL	2022
Hospital Aeroporto	Salvador, BA	2022

A Companhia possui ainda investimentos na Diago São Marcos, empresa de diagnósticos que atende exclusivamente ao Hospital Esperança e ao Hospital São Marcos. Sazonalidade: Não há efeitos sazonais significativos nas operações da Companhia, no entanto, um volume menor de clientes pode ser observado em dezembro, janeiro e fevereiro, devido às celebrações de fim de ano e ao período de férias, e um volume maior de clientes pode ser observado no inverno.

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis: Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.m. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras do Hospital Esperança compreendem as seguintes empresas:

Empresas consolidadas integralmente	31/12/2022		31/12/2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladora - Hospital Esperança S.A. (a)				
Empresas consolidadas integralmente				
Diago São Marcos Ltda	100,00	-	100,00	-
Hospital Nossa Senhora das Neves (adquirida em 2021)	-	51,00	-	51,00
Clim Hospital Geral (adquirida em 2021)	-	40,80	-	40,80
Novas Medicina Diagnóstica (adquirida em 2021)	-	40,80	-	40,80
Clinica Unigastro (adquirida em 2021)	-	40,80	-	40,80
Luppa - Lab. Unides de Patologia da Paraíba (adquirida em 2021)	-	40,80	-	40,80
Clim Centro Médico Eirelli (adquirida em 2021)	-	40,80	-	40,80
UNINEVES (adquirida em 2021)	-	51,00	-	51,00
UDI Cárdio - Unidade de Diagnóstico e Tratamento Cardiológico Ltda.	100,00	-	100,00	-
UDI Imagem - Unidade de Diagnóstico por Imagem Ltda.	100,00	-	100,00	-
Hospital São Rafael S.A.	80,00	-	80,00	-
São Lucas Médico Hospitalar S.A.	75,00	-	75,00	-
Sociedade Anônima Hospital Aliança (Incorporada em 2022)	-	-	80,00	-
Hospital São Carlos S.A (adquirida em 2020)	75,00	-	75,00	-

OncoCentro Serviços Médicos Hospitalares Ltda. (adquirida em 2020) - 74,93 - 74,93
Clivale Prosaúde Iguatemi S.A. (adquirida em 2020) - 51,00 - 51,00
Pronoer Assistência Neurológica Ltda. (adquirida em 2022) - 51,00 - 51,00
Empresas consolidadas integralmente
HCP Patrimonial S.A. - 100,00 - 100,00
Cárdio Pulmonar da Bahia S.A. - 47,66 - 52,34 - 47,66 - 52,34
AMIGO - Assistência Médica Integrada de Ginecologia e Obstetrícia (Hospital Santa Emília) - 100,00 - 100,00 -
Hospital Memorial Arthur Ramos (adquirida em 2022) - 100,00 - -
Hospital Aeroporto (adquirida em 2022) - 100,00 - -
Unifigado - Doenças do Fígado e Vias Biliares Ltda. (adquirida em 2022) - 100,00 - -
Clínica Gastroendocirúrgica Ltda. (adquirida em 2022) - 100,00 - -

Empresas contabilizadas por método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas
Mederi Dist. e Importação de Produtos para Saúde - 49,00 - 49,00

(a) Inclui os hospitais Esperança, São Marcos, Barra D'Or, Hospital UDI do Maranhão e Hospital Aliança.
a) **Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras incluem as informações da Companhia e suas controladas, descritas acima. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes: • As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas. • Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados. • A participação dos acionistas não controladores é segregada do patrimônio líquido e resultado consolidado. Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora. b) **Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágio, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o ganho é contabilizado no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação. c) **Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Quando a entidade aplicar pela primeira vez este pronunciamento, pode optar por manter sua política contábil de acordo com os requisitos de contabilização de hedge oriundos do CPC 38, em detrimento aos requisitos deste pronunciamento. Esse dispositivo foi utilizado pela Companhia em relação aos hedges contratados anteriormente ao início da vigência do CPC 48. **Ativos financeiros - Custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente:** Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado

Resultado Financeiro

Composição	31.12.2022		31.12.2021		Variações	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$
Rendimentos de aplicações financeiras		86.478		20.220	327,7%	66.258
Valor justo dos derivativos (swaps)		39.468		(10.411)	-479,1%	49.879
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures		(302.218)		(120.995)	149,8%	(181.223)
Impostos sobre resultados financeiros		(8.254)		(3.482)	137,0%	(4.772)
Arendamento		(77.790)		(66.689)	0,0%	(11.101)
Outros		3.872		(4.412)	-187,8%	8.284
Total resultado financeiro		(258.444)		(185.769)	39,1%	(72.675)
Total das receitas financeiras		276.497		68.539	303,4%	207.958
Total das despesas financeiras		(534.941)		(254.308)	110,4%	(280.633)

*Valores apresentado em milhares de reais.

Em 31 de dezembro de 2022, o total do resultado financeiro atingiu o valor de despesa R\$ 258.444 mil, representando um aumento de despesas de 39,1% em comparação com o total do resultado financeiro de 2021. Este aumento é resultado, (i) incremento do valor justo dos derivativos de R\$ 49.879 mil, (ii) aumento dos juros e variações monetária sobre financiamentos e debêntures de R\$ 181.223 mil, (iii) aumento da despesa com juros sobre rendimentos mercantis de R\$ 11.101 mil, e (v) aumento de outras despesas de R\$ 8.284. **EBITDA:** Em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA atingiu R\$ 905.234 mil, representando um aumento de 17,8% em comparação com o EBITDA de 31 de dezembro de 2021. Este

Continuação das Demonstrações Financeiras do Hospital Esperança S.A. - CNPJ/MF 02.284.062/0001-06

o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Redução ao valor recuperável:** A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos financeiros - Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). **Passivos financeiros - Mensuração subsequente:** • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Contabilidade de hedge:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção contra os riscos de variação cambial e taxa de juros. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelos valores justos na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Atualmente, os **hedges** tratados como contabilidade de **hedge** são classificados como **hedges** de valor justo, dado que a exposição a mudanças no valor justo da dívida reconhecida, está protegida. No reconhecimento inicial de uma relação de **hedge**, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de **hedge** à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de **hedge**, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco para designar o **hedge**. **Hedges de fluxo de caixa:** O Grupo utiliza **swaps** como **hedge** de sua exposição ao risco de oscilações de taxas de juros sobre empréstimos em reais. Vide Nota 25 para mais detalhes. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de **hedge** é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os juros do objeto e instrumento de **hedge** são reconhecidos diretamente no resultado e a diferença para o valor justo em outros resultados abrangentes. O montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do **hedge** de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por **hedge** ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do **hedge**, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente. **Reconhecimento acima.** A apresentação dos ativos e passivos financeiros por categoria encontra-se na Nota 25. d) **Conforme descrição de contrato com clientes e reconhecimento de custos:** O IFRS 15/CPC 47 estabelece um novo modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Companhia decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços médicos. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A aplicação da norma não impactou a mensuração e apresentação das receitas da Companhia, uma vez que as receitas de contratos com clientes já são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados, e dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, eventualmente conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. e) **Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais. f) **Estoque:** Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. g) **Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentaram a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. e) **Investimentos:** O investimento em controladas e controlada em conjunto são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas e controladas em conjunto são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas e controlada em conjunto, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora. A Companhia determina se é necessário reconhecer perda em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante na demonstração dos resultados. As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são preparadas para o mesmo período que a Companhia. Ajustes são efetuados sempre que necessário para tornar as práticas contábeis consistentes com as práticas da Companhia. i) **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. j) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. k) **Impostos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecido pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e se for tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **Impostos sobre a receita:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. l) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. m) **Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são reacquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. n) **CPC 22/IFRS 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pelo fisco (imposto de renda e contribuição social) em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aplicação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-la em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração da Companhia revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos que requeriam o reconhecimento de provisões adicionais. o) **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização

de arrendamentos financeiros segundo o IAS 17. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reconhecer o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia adotou o CPC06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem modificada retrospectiva, optou por aplicar a norma a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4. A Companhia também optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os prazos terminem dentro de 12 meses, a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor. Na adoção, a Companhia reconheceu os ativos pelo direito de uso e passivos relativos a arrendamentos, que eram anteriormente classificados como "arrendamentos operacionais". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1 de janeiro de 2019. A Companhia possui operações de arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos. Os contratos de arrendamento de imóveis têm prazo médio de 18 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes. p) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Provisões para crédito de liquidação duvidosa e para glosas:** As provisões para crédito de liquidação duvidosa e para glosas estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Vida útil dos ativos imobilizados e intangível:** A depreciação ou amortização do ativo imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou cada um dos hospitais como unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Este critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, os quais são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Provisão para contingências:** A Companhia registra provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderia resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. q) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2). r) **Informações por segmento:** O Grupo opera apenas no segmento hospitalar. Além da análise do segmento como um todo, os tomadores de decisões da Companhia analisam o segmento hospitalar de forma desagregada pelo resultado de cada hospital; porém esta análise individualizada por hospital não representa segmentos operacionais distintos. A Companhia não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional. s) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Combinação de negócios: O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e o ágio auferido nas aquisições ocorridas em 2022 e 2021 são demonstrados como segue:

	Hospital Aeroporto 15/03/2022	Arthur Ramos 27/01/2022	N. S. das Neves 30/08/2021	Santa Emília 10/08/2021
Data da aquisição	BA	AL	PB	BA
Localização	100	100	51	100
Participação adquirida (%)	118,138	356,257	224,259	169,119
Total da contraprestação	<u>216.827</u>	<u>284.817</u>	<u>197.004</u>	<u>158.990</u>
Pagamento na data de aquisição	3.611	71.440	27.255	11.029
Contas a pagar				
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.669	6.246	81.235	6.654
Contas a receber	23.383	52.095	74.907	10.387
Estoques	1.562	3.557	15.039	3.078
Impostos a recuperar	185	4.928	3.518	144
Depósitos judiciais	780	153	197	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.771	6.604	168	-
Ativos indenizáveis	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Imobilizado	41.289	68.795	76.012	56.701
Intangível	29	504	9.311	21
Arrendamento mercantil	-	-	57.185	-
Outros	5.466	5.744	11.474	34
	<u>81.134</u>	<u>148.626</u>	<u>329.136</u>	<u>77.300</u>
Passivo				
Fornecedores	(8.814)	(18.600)	(27.505)	(936)
Empréstimos e financiamentos	(8.642)	(4.123)	(135.789)	(21.606)
Parte relacionada	-	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	(3.765)	(6.490)	(9.911)	(760)
Obrigações fiscais	(5.692)	(20.580)	(11.649)	(1.385)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.634)	(1.413)	(168)	-
Provisão para demandas judiciais	(5.452)	(4.156)	(495)	(43)
Arrendamento mercantil	-	-	(60.517)	-
Outros	(508)	(9.693)	(664)	(5.172)
	<u>(34.507)</u>	<u>(65.055)</u>	<u>(246.243)</u>	<u>(29.902)</u>
	<u>46.627</u>	<u>83.571</u>	<u>82.893</u>	<u>47.128</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos				
Total do ativo identificável líquido, participação não controladora				
Ágio na aquisição (Nota 10)	171.511	272.686	179.639	121.991
Ágio na aquisição de minoritários	-	-	146.995	-
Contribuição às receitas consolidadas desde a data de aquisição	92.799	252.058	81.078	27.168
Contribuição ao lucro (prejuízo) antes dos tributos desde a data de aquisição	(859)	43.137	(8.792)	4.973
Receitas da adquirida desde o início do exercício	109.698	331.127	261.817	62.026
Lucro (prejuízo) da adquirida antes dos tributos desde o início do exercício	562	75.856	(6.107)	24.798

Os valores em aberto a pagar servem de garantias para certos passivos assumidos pelos vendedores (por exemplo, materialização de contingências), e serão pagos no prazo de seis anos após as datas das assinaturas, atualizados com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), IPCA e SELIC incluído no saldo de Contas a pagar por aquisições (Nota 14).

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	1.259	4.651	10.572	14.395
Aplicações financeiras	47.835	-	112.114	12.247
Caixa e equivalentes de Caixa	<u>49.094</u>	<u>4.651</u>	<u>122.686</u>	<u>26.642</u>
Títulos e valores mobiliários				
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	6.703	21.878
Operações compromissadas	-	10.308	-	20.634
Letra financeira do tesouro (LFT)	-	4.430	-	8.868
Certificado de depósitos bancários (CDB)	610.752	322.738	802.384	458.183
Títulos e valores mobiliários	<u>610.752</u>	<u>337.476</u>	<u>809.087</u>	<u>509.563</u>

Os títulos classificados como equivalentes de caixa têm vencimentos inferiores a três meses contados da data de aquisição, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores aos três meses, e são mantidos para negociação. As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mo-

biários referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de investimentos, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que são substancialmente remuneradas a taxa de 103,2% (101,9% em 31 de dezembro de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber: As contas a receber consistem em saldos a receber das operadoras de saúde e de particulares, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de convênios e planos de saúde	917.239	711.369	2.033.670	1.736.529
Contas a receber de particulares	11.338	9.006	16.529	14.920
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosa	(107.777)	(108.217)	(359.879)	(304.269)
	<u>820.800</u>	<u>612.158</u>	<u>1.690.320</u>	<u>1.447.180</u>

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	(108.217)	(104.446)	(304.269)	(220.171)
Constituição (reversão) de provisão para glosas	(101.578)	(97.773)	(276.036)	(223.827)
Adição de incorríveis	102.018	94.002	224.817	161.683
Adições oriundas de aquisições/incorporações	-	-	(4.391)	(21.954)
Saldo no final do exercício	<u>(107.777)</u>	<u>(108.217)</u>	<u>(359.879)</u>	<u>(304.269)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora							
	Vencido							
	Total	A vencer	1 - 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 180 dias	181 - 360 dias
			Acima					
			360 dias					
2022	928.577	480.612	54.999	46.345	24.498	17.250	39.266	98.518
2021	720.375	460.038	15.167	18.532	18.452	16.263	28.672	59.102

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Medicamentos	16.812	23.725	65.067	58.714
Descartáveis	12.145	11.462	23.857	19.043
Materiais especiais	22.307	9.355	32.490	14.022
Materiais de laboratório	1.569	1.908	4.268	4.204
Materiais de consumo em geral	2.419	1.508	11.266	12.229
Materiais de manutenção				

Composição e movimentação dos investimentos - Consolidado

Empresa	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aquisição de Participação	Outros	31/12/2022
Meden Dist. e Importação de Produtos para Saúde	12.691	430	7.992	4.899	26.012
	12.691	430	7.992	4.899	26.012

Resumo das informações das principais empresas controladas

	31/12/2021	31/12/2022
Total (%)	Participação (% Votante)	Resultado do exercício
Hospital São Rafael S.A.	80,00	87.798
Hospital São Lucas S.A.	75,00	18.729
Hospital Aliança S.A.	100,00	22.777
Diagno São Marcos	100,00	5.409
HCP Patrimonial S.A.	100,00	20.598
Cárdio Pulmonar da Bahia	100,00	38.505
Hospital São Carlos S.A.	75,00	11.242
Clivale Prosaúde Iguatemi S.A	51,00	6.279
Hospital Santa Emilia	100,00	3.611
Hospital Arthur Ramos	100,00	29.300
Hospital Aeroporto	100,00	(160)

Resumo das informações de empresas coligadas e controladas em conjunto

	31/12/2021	31/12/2022
Total (%)	Participação (% Votante)	Resultado do exercício
Meden Dist. e Importação de Produtos para Saúde	49,00	877

9. Imobilizado: Composição dos saldos Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos hospitalares	12% a 20%	154.165	(76.353)	77.812	86.532	(40.616)	45.916
Instrumentos cirúrgicos	20%	7.969	(4.012)	3.957	3.991	(2.579)	1.412
Máquinas e equipamentos	7% a 10%	108.736	(83.335)	25.401	90.804	(73.423)	17.381
Imóveis	2,5% a 4%	44.031	(7.852)	36.179	44.031	(6.075)	37.956
Benfeitorias em bens de terceiros	3% a 4%	220.775	(63.620)	157.155	186.727	(52.639)	134.088
Móveis e utensílios	10%	30.039	(19.242)	10.797	23.570	(15.563)	8.007
Veículos	20%	12.952	(8.452)	4.500	12.613	(6.101)	6.512
Instalações	10%	43.775	(30.471)	13.304	39.775	(26.342)	13.433
Terrenos	n/a	30.597	-	30.597	30.597	-	30.597
Imobilizações em andamento	n/a	119.270	-	119.270	69.438	-	69.438
Outros	5% a 10%	1.927	(365)	1.562	1.915	(128)	1.787
		774.236	(293.702)	480.534	589.993	(223.466)	366.527

Composição dos saldos

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos hospitalares	12% a 20%	400.087	(194.627)	205.460	292.092	(104.299)	187.793
Instrumentos cirúrgicos	20%	49.237	(19.974)	29.263	25.555	(6.360)	19.195
Máquinas e equipamentos	7% a 10%	226.054	(133.241)	92.813	194.989	(116.592)	78.397
Imóveis	2,5% a 4%	221.728	(35.427)	186.301	174.627	(11.940)	162.687
Benfeitorias em imóveis próprios	4%	9.298	(2.350)	6.948	6.829	(1.284)	5.545
Benfeitorias em bens de terceiros	3% a 4%	479.798	(80.712)	399.086	383.506	(61.487)	322.019
Móveis e utensílios	10%	85.604	(45.096)	40.508	74.000	(32.067)	41.933
Veículos	20%	15.353	(9.108)	6.245	14.482	(7.230)	7.252
Instalações	10%	87.938	(36.052)	51.886	53.651	(29.482)	24.169
Terrenos	n/a	89.879	-	89.879	46.743	-	46.743
Imobilizações em andamento	n/a	309.437	-	309.437	182.433	-	182.433
Outros	5% a 10%	2.436	(341)	2.095	2.340	(210)	2.130
		1.976.849	(556.928)	1.419.921	1.451.247	(370.951)	1.080.296

Movimentação da Controladora

Descrição	2021	Adições	Transferências	Adição oriunda de incorporação	2022
Custo					
Máquinas e equipamentos hospitalares	86.532	33.305	-	34.328	154.165
Instrumentos cirúrgicos	3.991	1.938	-	2.040	7.969
Máquinas e equipamentos	90.804	10.237	-	7.695	108.736
Edificações	44.031	-	-	44.031	88.062
Benfeitorias em bens de terceiros	186.727	2.396	23.328	8.324	220.775
Móveis e utensílios	23.570	4.132	-	2.337	30.039
Veículos	12.613	-	-	339	12.952
Instalações	39.775	3.410	-	590	43.775
Terrenos	30.597	-	-	30.597	61.194
Imobilizado em andamento	69.438	63.546	(23.328)	9.614	119.270
Outros	1.915	12	-	1.827	3.754
	589.993	118.976	-	65.267	774.236

Depreciação

Descrição	2021	Adições	Transferências	Adição oriunda de incorporação	2022
Máquinas e equipamentos hospitalares	(40.616)	(19.074)	-	(16.663)	(76.353)
Instrumentos cirúrgicos	(2.579)	(764)	-	(669)	(4.012)
Máquinas e equipamentos	(73.423)	(7.806)	-	(2.106)	(83.335)
Edificações	(6.075)	(1.777)	-	-	(7.852)
Benfeitorias em bens de terceiros	(52.639)	(10.841)	-	(140)	(63.620)
Móveis e utensílios	(15.563)	(3.213)	-	(466)	(19.242)
Veículos	(6.101)	(2.243)	-	(108)	(8.452)
Instalações	(26.342)	(4.064)	-	(65)	(30.471)
Outros	(128)	(237)	-	-	(365)
	(223.466)	(50.019)	-	(20.217)	(293.702)

Imobilizado líquido

Descrição	2020	Adições	Transferências	2021
Máquinas e equipamentos hospitalares	72.974	13.558	-	86.532
Instrumentos cirúrgicos	3.386	605	-	3.991
Máquinas e equipamentos	83.340	7.464	-	90.804
Edificações	44.026	5	-	44.031
Benfeitorias em bens de terceiros	137.572	1.199	47.956	186.727
Móveis e utensílios	22.346	1.224	-	23.570
Veículos	12.383	230	-	12.613
Instalações	39.575	200	-	39.775
Terrenos	30.597	-	-	30.597
Imobilizado em andamento	68.244	49.150	(47.956)	69.438
Outros	1.915	-	-	1.915
	516.358	73.635	-	589.993

Depreciação

Descrição	2021	Adições	Transferências	Combinção de negócios	2022
Máquinas e equipamentos hospitalares	(25.582)	(15.034)	-	-	(40.616)
Instrumentos cirúrgicos	(2.127)	(452)	-	-	(2.579)
Máquinas e equipamentos	(64.370)	(9.053)	-	-	(73.423)
Edificações	(4.303)	(1.772)	-	-	(6.075)
Benfeitorias em bens de terceiros	(41.109)	(11.530)	-	-	(52.639)
Móveis e utensílios	(12.585)	(2.978)	-	-	(15.563)
Veículos	(3.658)	(2.443)	-	-	(6.101)
Instalações	(22.382)	(3.960)	-	-	(26.342)
Outros	(107)	(21)	-	-	(128)
	(176.223)	(47.243)	-	-	(223.466)

Movimentação do Consolidado

Descrição	2021	Adições	Transferências	Combinção de negócios	2022
Máquinas e equipamentos hospitalares	292.092	82.607	-	25.388	400.087
Instrumentos cirúrgicos	25.555	11.301	-	49.237	86.093
Máquinas e equipamentos	194.989	25.980	-	5.085	226.054
Edificações	174.627	4.715	-	42.386	221.728
Benfeitorias em bens próprios	6.829	2.093	376	-	9.298
Benfeitorias em bens de terceiros	383.506	23.013	73.279	-	479.798
Móveis e utensílios	74.000	3.343	-	8.261	85.604
Veículos	14.482	656	-	215	15.353
Instalações	53.651	18.016	-	16.271	87.938
Terrenos	46.743	4.382	-	38.754	89.879
Imobilizado em andamento	182.433	200.265	(73.655)	394	309.437
Outros	2.340	96	-	2.436	2.872
	1.451.247	376.467	-	149.135	1.976.849

Depreciação

Descrição	2020	Adições	Transferências	Combinção de negócios	2021
Máquinas e equipamentos hospitalares	172.171	66.064	22.663	31.194	292.092
Instrumentos cirúrgicos	9.762	5.458	-	10.335	25.555
Máquinas e equipamentos	178.356	22.143	(22.663)	17.153	194.989
Edificações	151.915	9.553	-	13.159	174.627
Benfeitorias em bens próprios	105.677	-	(99.118)	269	6.829
Benfeitorias em bens de terceiros	158.677	14.835	193.082	16.912	383.506
Móveis e utensílios	56.857	5.299	-	11.844	74.000
Veículos	13.075	836	-	571	14.482
Instalações	50.584	2.055	-	1.012	53.651
Terrenos	42.488	4.055	-	200	46.743
Imobilizado em andamento	139.323	97.668	(93.964)	39.406	182.433
Outros	2.256	40	-	44	2.340
	1.081.142	228.006	-	142.099	1.451.247

Depreciação

Descrição	2020	Adições	Transferências	Combinção de negócios	2021
Máquinas e equipamentos hospitalares	(37.614)	(56.545)	-	(10.140)	(104.299)
Instrumentos cirúrgicos	(2.678)	(1.938)	-	(1.744)	(6.360)

Descrição

	2020	Adições	Transferências	Combinção de negócios	2021
Máquinas e equipamentos	(90.671)	(19.325)	-	(6.596)	(116.592)
Edificações	(6.509)	(4.729)	-	(702)	(11.940)
Benfeitorias em bens próprios	-	(1.100)	-	(184)	(1.284)
Benfeitorias em bens de terceiros	(43.144)	(17.533)	-	(810)	(61.487)
Móveis e utensílios	(19.037)	(8.974)	-	(4.056)	(32.067)
Veículos	(3.925)	(2.583)	-	(722)	(7.230)
Instalações	(23.109)	(6.105)	-	(268)	(29.482)
Outros	(164)	(31)	-	(15)	(210)
	(226.851)	(118.863)	-	(25.237)	(370.951)
	854.291	109.143	-	116.862	1.080.296

Além das combinações de negócios, as principais movimentações nos exercícios de 2022 e 2021 são: (i) Incremento de R\$33.403 decorrente da conclusão das alocações do preço de compra, decorrentes das combinações de negócios de 2022; (ii) Adições decorrentes do imobilizado advindo das combinações de negócios ocorridas no período, se destacando o Hospital Memorial Arthur Ramos e o Hospital Aeroporto; (iii) A compra de máquinas e equipamentos hospitalares, como parte da rotina operacional da Companhia; (iv) Outras obras de modernização e adequação das estruturas para novos equipamentos médicos. A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor do ativo imobilizado.

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Controladora 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Vida útil definida					
Softwares	20%	6.023	3.924	11.098	9.756
Contratos de exclusividade	20%	-	-	2.381	3.274
Vida útil indefinida					
Ágios (a)					
Aquisição do Hospital Esperança		108.408	108.408	108.408	108.408
Aquisição do Hospital UDI		335.883	335.883	335.883	335.883
Aquisição do Hospital São Rafael		-	-	509.363	509.363
Aquisição do Hospital São Lucas		-	-	223.079	223.079
Aquisição da HCP/Cárdio Pulmonar		-	-	146.894	146.894
Aquisição do Hospital São Carlos		-	-	160.139	160.139
Aquisição do Hospital Aliança		925.555	-	925.555	926.268
Aquisição do Clivale		-	-	40.786	40.786
Aquisição do Santa Emilia		-	-	121.991	127.493
Aquisição do Hospital N. S. Neves		-	-	326.634	299.990
Aquisição do Hospital Arthur Ramos		-	-	272.686	-
Aquisição do Hospital Aeroporto		-	-	171.511	-
Outros ágios		-	-	11.734	9.620
		1.375.869	448.215	3.368.142	2.900.953

(a) Os ágios são decorrentes de combinações de negócios. Vide na Nota 3 as transações efetuadas em 2022 e 2021. **Redução ao valor recuperável:** O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas pela Administração como sendo cada um dos hospitais, conforme demonstrado na tabela acima. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP considera tanto o custo de dívida quanto de capital próprio. O custo de capital próprio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento hospitalar é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis ao público. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de desconto utilizada foi

Continuação das Demonstrações Financeiras do Hospital Esperança S.A. - CNPJ/MF 02.284.062/0001-06

Controladora		Consolidado	
Ano	Valor	Ano	Valor
2024	154.724	2024	156.401
2025	54.288	2025	55.965
2026	33.716	2026	33.716
2027	24.288	2027	24.288
2028	39.388	2028	39.388
	306.404		309.758

15. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Companhia está envolvida em ações judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os depósitos judiciais somente serão liberados em caso de decisão favorável às empresas. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas 4.069 (1.730)	2.284 (1.320)	14.569 (3.925)	10.948 (3.070)
Cíveis 13.275 (56)	11.078 (56)	17.528 933	13.176 (294)
Fiscais 44.985 (44.624)	9.525 (10.772)	47.762 (47.781)	51.712 (41.339)
62.329 (46.410)	22.887 (12.148)	79.859 (50.773)	75.836 (44.703)

As movimentações das provisões para demandas judiciais nos exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021 foram:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
2.284	11.078	9.525	22.887
-	-	(6.306)	3.039
296	1.097	136	1.036
(2)	(1)	(1)	(4)
1.491	1.101	41.631	44.223
4.069	13.275	44.985	62.329

(*) Adições referentes às aquisições efetuadas nos respectivos exercícios, descritas na Nota 3.

(a) Adições referentes à incorporação do Hospital Aliança ocorrida em novembro 22. Além das causas provisionadas, a Companhia é ré em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e previdenciários, cujas probabilidades de perda foram avaliadas como possível, portanto, não são reconhecidas provisões para demandas judiciais, como segue:

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais e previdenciárias (a)	105.706	75.819	109.516
Trabalhistas (b)	9.993	8.573	13.838
Cíveis (c)	93.318	68.674	113.714
	209.017	153.066	168.097

(a) Processos fiscais envolvendo PIS, COFINS, ISS e IPTU. Não há processos individualmente relevantes. (b) Processos relacionados principalmente de reclamações de horas extras, 13º salário, aviso prévio, férias e FGTS. Não há processos individualmente relevantes. (c) Processos relacionados à indenização por danos materiais e danos morais e materiais alegados. Não há processos individualmente relevantes.

16. Arrendamento mercantil: Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	1.401.022	278.366	2.197.753
Ajuste a valor presente	(971.669)	(90.763)	(1.517.506)
	429.353	187.603	680.247
Circulante	79.613	52.025	123.583
Não circulante	349.740	135.578	556.664

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 13,21% em 31 de dezembro de 2022 (13,43% em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Controladora		Consolidado	
Ano	Valor	Ano	Valor
2024	64.770	2024	97.231
2025	53.908	2025	81.224
2026	36.644	2026	58.954
2027	23.758	2027	42.377
2028 a 2060	170.660	2028 a 2060	276.878
	349.740		556.664

17. Adiantamento de obras a realizar: Os saldos de adiantamentos de obras a realizar são transações para realização de obras de reformas com a finalidade de remodelagem (Retirof) dos prédios e edificações atualmente existentes, além da construção do novo edifício do Hospital Aliança, no valor de R\$94.328 em 31 de dezembro de 2022 (R\$30.164 em 31 de dezembro de 2021).

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.957.311 dividido em 2.971.754.172 ações ordinárias e 3 ações preferenciais - classe A, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, era de R\$1.361.556 dividido em 2.971.754.172 ações ordinárias e 3 ações preferenciais - classe A, nominativas e sem valor nominal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram recebidos R\$ 1.144.154 referentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital enviados pelo acionista Rede D'Or São Luiz S.A. Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, totalmente subscrito pelo acionista Rede D'Or São Luiz S.A. no montante total de R\$ 2.235.755 através da capitalização de AFAC, sem a emissão de novas ações. b) Destinação do lucro e reservas: A reserva de capital reflete a diferença positiva entre o valor dos ativos e passivos incorporados da antiga controladora LE e Hospital São Marcos e o aumento no capital efetuado nesta incorporação. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, art.182). A destinação dos dividendos é efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia efetuará a destinação do saldo existente em reserva de lucros, conforme determinado em seu Estatuto e Lei nº 6.404. c) Outros resultados abrangentes: No período foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, os efeitos do hedge de fluxo de caixa contratado para proteção do endividamento, reduzindo o patrimônio líquido no período em R\$ 10.140.

19. Imposto de renda e contribuição social: As despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 são compostas como segue:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Diferido			
Imposto de renda	(6.185)	(17.411)	603
Contribuição social	(2.226)	(6.268)	217
	(8.411)	(23.679)	820
Corrente			
Imposto de renda	(26.049)	(19.928)	(113.220)
Contribuição social	(9.717)	(7.636)	(43.098)
	(35.766)	(27.564)	(156.318)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(44.177)	(51.243)	(155.498)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2022 e 2021, foi como segue:

Controladora		Consolidado	
2020	2021	2020	2021
Benefícios (passivos) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes	Benefícios (passivos) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes
Ativos			
Prejuízo fiscal	54 (54)	-	-
Base Negativa	19 (19)	-	-
Provisão para devedores duvidosos e glosas	45.126 (8.179)	36.947 (150)	9.439 46.236
Provisão para demandas judiciais	1.127 1.331	2.458 13.410	15.026 30.894
Outras provisões	1.554 (1.273)	281 1.234	2.043 3.558
Amortização direito de uso (IFRS 16)	14.566 12.231	26.797 13.381	8.617 48.795
Apropriação AVP (IFRS 16)	15.249 8.297	23.546 9.046	15.111 47.703
Hedge fluxo de caixa	10.832 (10.832)	-	-
Total de ativo fiscal diferido	88.527 1.502	90.029 36.921	50.236 177.186
Passivos			
Diferença entre base contábil e fiscal de ágio	(82.742) (22.840)	(105.582) (28.089)	- (133.671)
Hedge de fluxo de caixa	- 10.832	(42.175) (31.343)	5.224 (26.119)
Ganho de aquisição em etapas	(10.371) 6.033	- (4.338)	- (4.338)
Arrendamento (IFRS 16)	(24.695) (15.855)	(40.550) (17.412)	(18.993) (76.955)
Outras provisões	- (3.351)	- (3.351)	169 (5.050)
Total de passivo fiscal diferido	(117.808) (25.181)	(42.175) (185.164)	5.224 (24.043)
Total de ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(29.281) (23.679)	(42.175) (95.135)	26.193 (72.129)

Benefícios (passivos) adicionais registrados

Controladora		Consolidado	
2020	2021	2020	2021
Benefícios (passivos) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes	Benefícios (passivos) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes
Ativos (passivos)			
Prejuízo fiscal	54 211	- 13.405	13.670 (9.404)
Base negativa	19 76	- 4.826	4.921 (3.385)
Provisão para devedores duvidosos e glosas	81.802 9.788	- 3.128	94.718 11.437
Provisão para contingências	17.447 2.212	- 1.077	20.736 15.091
Outras provisões	1.472 (1.080)	- 320	712 3.939
Provisão honorários médicos	-	-	-
Amortização direito de uso (IFRS 16)	20.960 19.116	- 388	40.464 18.763
Apropriação AVP (IFRS 16)	30.909 22.650	- 421	53.980 25.390
Hedge fluxo de caixa	10.832 (10.832)	-	-
Total de ativo fiscal diferido	163.495 42.141	- 23.565	229.201 61.831
Diferença entre base contábil e fiscal de ágio	(82.742) (22.840)	- (105.582)	(28.089)
Hedge de fluxo de caixa	- 10.832	(42.175) (31.343)	5.224 (26.119)
Ganho de aquisição em etapas	(10.371) 6.033	- (4.338)	- (4.338)
Arrendamento IFRS 16	(42.313) (33.392)	- (474)	(76.179) (33.091)
Outras provisões	(13.027) (2.808)	- 7.962	(7.873) 169
Total de passivo fiscal diferido	(148.453) (42.175)	(42.175) (225.315)	(61.011) 5.224
Efeito líquido - ativo (passivo)	4.210 (34)	- 31.053	35.229 820
Efeito patrimônio líquido	10.832 -	(42.175) (31.343)	- 5.224 (26.119)
Ativo no balanço patrimonial	46.952 46.952	- 139.467	125.102 (106.805)
Passivo no balanço patrimonial	(31.910) (31.910)	- (135.581)	-

A reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para os exercícios de 2022 e 2021 são apresentados a seguir:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	292.819	275.422	429.549
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	99.558	93.643	146.047
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	(54.496)	(50.585)	(146)
Equivalência patrimonial	64	-	673
Doação	(949)	8.185	8.924
Outros	44.177	51.243	155.498
Despesa na demonstração do resultado	15%	19%	36%
Taxa efetiva			34%

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	1.666.283	1.549.037	5.050.325
Deduções da receita	-	-	-
Cancelamentos e abatimentos	(101.578)	(97.773)	(276.036)
Impostos incidentes sobre receitas	(97.515)	(88.599)	(284.639)
	1.467.190	1.362.665	4.489.650

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(463.628)	(377.675)	(1.380.222)
Materiais e medicamentos	(271.063)	(303.587)	(1.025.033)
Serviços de terceiros	(243.727)	(200.160)	(847.080)
Depreciação e amortização	(91.121)	(85.670)	(217.241)
Aluguéis	(408)	(2.171)	(7.630)
	(1.069.947)	(969.263)	(3.477.206)

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Utilidades e serviços	(26.390)	(26.498)	(81.140)
Provisão para contingências	6.306	(3.039)	6.691
	(82.994)	(91.688)	(243.269)

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Viagens, transportes e hospedagens	(8.891)	(2.582)	(14.425)
Impostos, taxas e multas	(5.824)	(5.919)	(23.475)
Aluguel de equipamentos	(3.604)	(3.009)	(10.755)
Impressão, cartórios e postagens	(1.695)	(1.703)	(4.770)
Despesas com consultoria	(1.126)	(950)	(3.772)
Outras despesas e receitas	(5.632)	(43.255)	(20.867)
	(26.772)	(57.718)	(78.064)

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras	45.706	13.788	86.478
Valor justo dos derivativos (swaps)	40.050	(10.411)	39.468
Juros sobre financiamentos e debêntures	(257.050)	(106.066)	(302.218)
Impostos sobre resultados financeiros	(4.728)	(1.500)	(8.254)
Juros sobre o passivo de arrendamento mercantil	(26.604)	(24.402)	(77.790)
Outros	48.181	12.466	3.872
	(154.445)	(116.125)	(258.444)

Total das receitas financeiras 231.078 61.928 276.497 68.539

Total das despesas financeiras (385.523) (178.053) (534.941) (254.308)

25. Instrumentos financeiros e gestão do risco financeiro: 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: O quadro a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Controladora		Saldo contábil	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	49.094 4.651
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	610.752 337.476
Contas a receber	Custo amortizado	n/a	820.800 612.158
Depósitos judiciais	Custo amortizado	n/a	46.410 12.148
Derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	88.925 106.649
			1.615.981 1.073.082

Controladora		Saldo contábil	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	
Fornecedores	Custo amortizado	n/a	87.458 35.793
Salários, provisões e encargos sociais	Custo amortizado	n/a	61.452 37.999
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado (a)	Nível 2	1.511.902 1.752.013
Contas a pagar por aquisição	Custo amortizado	n/a	383.062 249.722
Derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	-
			2.043.874 2.075.527

Controladora		Saldo contábil	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	122.686 26.642
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	809.887 509.563
Contas a receber	Custo amortizado	n/a	1.690.320 1.447.180
Depósitos judiciais	C		

Continuação das Demonstrações Financeiras do Hospital Esperança S.A. - CNPJ/MF 02.284.062/0001-06

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos **Administradores e Acionistas** do Hospital Esperança S.A. - Recife - PE - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Esperança S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 1. Reconhecimento de receita: Conforme mencionado nas Notas 1 e 2, as receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços hospitalares, incluindo o uso de medicamentos e materiais hospitalares, e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços executados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecida, faturada ou não faturada, e a estimativa das perdas ("glosas") sobre os procedimentos efetuados, materiais e medicamentos utilizados que usualmente não são aprovados pelos planos e operadoras de saúde. Estes processos envolvem controles e análises complexas para assegurar que as receitas dos serviços prestados sejam contabilizadas dentro do correto período de competência e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, bem como assegurar que os saldos a receber correspondentes estejam reconhecidos pelo valor realizável. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo as receitas a faturar e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) o entendimento do ambiente de controles internos relacionados aos processos de captura e reconhecimento de receita; (ii) procedimentos de inspeção documental até o nível da liquidação subsequente para uma amostra do saldo de clientes; (iii) avaliação do reconhecimento da receita de acordo com o progresso do serviço prestado, por meio de testes documentais para uma amostra selecionada; (iv) análise trimestral das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida; (v) análise das premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas; (vi) recálculo das provisões para glosas, com base na posição de clientes em 31 de dezembro de 2022 e percentuais de perdas com glosas auferidas; (vii) análise do risco de registro da receita fora da correta competência com base no tempo médio de internação do paciente; e (viii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas e estimativas de perdas com glosas da Companhia adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações efetuadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6Diogo Afonso da Silva
Contador -CRC-1RJ114783/O-8

Publicidade Legal - 7 de abril de 2023 - HOSPITAL ESPERANÇA S A
- BALANÇO pdf

Código do documento 74d5e547-a732-4d15-99ee-5ff2a4031512



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

06 Apr 2023, 18:33:39

Documento 74d5e547-a732-4d15-99ee-5ff2a4031512 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-06T18:33:39-03:00

06 Apr 2023, 18:33:52

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-06T18:33:52-03:00

06 Apr 2023, 18:34:09

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.212.118.55 (186.212.118.55.static.host.gvt.net.br porta: 14306). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2023-04-06T18:34:09-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9a840def1343c4edbe47c36f98ec288e63133e0caf20023f558f391f8cf2df8c
(SHA512):5bde55c4d62ca9f9ec30e69f494a01c6a45877dd59fe9a3f541949115125c6d1d3033b932bb22ee6b19bde9901624926aacadfa05be781b7ad997cca203e47cf

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign